

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM

31 DE MARÇO DE 2016

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
7 NOTAS EXPLICATIVAS	10 a 25
8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	26 e 27

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/03/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		173.222	165.643
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.9	180	181
Fornecedores	4.10	4.883	4.551
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.11	1.003	19.799
Outras Obrigações Fiscais	4.12	1.745	1.852
Debêntures	4.17	40.490	40.490
Dividendos a Pagar	4.13	60.234	34.094
Concessão de Uso de Bem Público	4.14	57.947	57.947
Pequisa e Desenvolvimento	4.15	5.170	4.900
Outras Contas a Pagar	4.16	1.570	1.829
NÃO CIRCULANTE		506.327	503.612
Debêntures	4.17	60.885	71.026
Concessão de Uso de Bem Público	4.14	445.442	432.586
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		48.568	73.999
Capital Social	6.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.3	255	255
Reserva Legal	6.2	7.100	7.100
Reserva de Retenção de Lucros	6.4	-	31.141
Lucro do 1º trimestre 2016		5.710	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		728.117	743.254



BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/03/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		68.997	75.004
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	35.076	41.655
Clientes	4.2	21.187	21.187
Outros Créditos	4.3	3.149	2.951
Despesas Antecipadas	4.4	9.585	9.211
NÃO CIRCULANTE		659.120	668.250
Realizável a Longo Prazo		43.489	46.071
Depósitos Judiciais	4.5	69	52
Tributos Diferidos	4.6	27.049	27.374
Despesas Antecipadas	4.4	16.371	18.645
Imobilizado	4.7	427.288	431.693
Intangível	4.8	188.343	190.486
TOTAL DO ATIVO		728.117	743.254



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015
 (Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	NE nr.	31/03/2016	31/03/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8	60.426	56.697
(-) Custos Operacionais	9	(21.063)	(29.972)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		39.363	26.725
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.084)	(986)
Despesas Administrativas	10.a	(1.084)	(988)
Outras Receitas	10.d	-	2
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		38.279	25.739
RESULTADO FINANCEIRO		(29.637)	(24.751)
Receitas financeiras	10.b	975	506
Despesas financeiras	10.c	(30.612)	(25.257)
LUCRO OPERACIONAL		8.642	988
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.932)	(333)
Imposto de Renda	4.11	(1.915)	(5)
Contribuição Social	4.11	(692)	(3)
Imposto de Renda - Diferido	4.6	(239)	(239)
Contribuição Social - Diferida	4.6	(86)	(86)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.710	655
		<i>Lucro líquido por ação - em reais</i>	<i>0,095 0,011</i>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de março de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	31/03/2016	31/03/2015
Lucro Líquido do Exercício		5.710	655
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:			
Operações com Créditos de Carbono	6.3	-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	4.6	-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		5.710	655

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em em 31 de março de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	35.503	255	5.500	43.557	-	84.815
Lucro do período - Janeiro a Março 2015					655	655
<u>Destinação da proposta à A.G.O</u>						
Dividendos propostos				(43.557)		(43.557)
Saldos em 31 de março de 2015	35.503	255	5.500	-	655	41.913
Lucro do período - abril a dezembro 2015					42.466	42.466
<u>Destinação da proposta à A.G.O</u>						
Reserva legal	6.2		1.600		(1.600)	-
Dividendos propostos	4.15				(10.380)	(10.380)
Retenção de lucros	6.4	-	-	31.141	(31.141)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	35.503	255	7.100	31.141	-	73.999
Lucro do período - Janeiro a Março 2016					5.710	5.710
<u>Destinação da proposta à A.G.O</u>						
Dividendos propostos	4.13				(31.141)	(31.141)
Retenção de lucros	6.4			(31.141)	31.141	




DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/03/2016	31/03/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		5.710	656
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	4.7	4.573	4.566
Amortização de intangível - Concessão	4.8	2.143	2.143
Variações monetárias não realizadas	10.c	30.358	25.117
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.6	325	325
Prêmio de Risco Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	9	2.274	
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	4.2	-	423
Outros créditos	4.3	(198)	(237)
Despesas pagas antecipadamente	4.4	(374)	(373)
Depósitos judiciais	4.5	(17)	
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações sociais/trabalhistas	4.9	(1)	(14)
Fornecedores	4.10	332	(10.351)
Imposto de renda e contribuição social	4.11	(18.796)	(758)
Outras obrigações fiscais	4.12	(107)	(66)
Pagamento de encargos de debentures	4.17	(3.556)	(4.483)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público		(13.936)	(12.862)
Pesquisa e desenvolvimento	4.15	270	269
Outros valores a pagar	4.16	(259)	374
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		8.741	4.729
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	4.7	(168)	(10)
Adições no intangível	4.8	-	(8)
Venda de bens do ativo imobilizado			
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(168)	(18)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	4.13	(5.000)	(1.000)
Amortização de debêntures	4.17	(10.152)	(10.152)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(15.152)	(11.152)
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(6.579)	(6.441)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	4.1	41.655	28.732
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	4.1	35.076	22.291
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(6.579)	(6.441)
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(6.579)	(6.441)




DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais)

	NE nr.	31/03/2016		31/03/2015	
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	8	63.343		59.433	
Total		63.343		59.433	
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia Elétrica comprada para revenda	9	6.183		16.261	
Encargos de uso da rede elétrica	9	3.176		2.106	
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	9	2.580		2.277	
Material, insumos e serviço de terceiros	9 e 10	2.990		2.596	
Outros insumos	9	242		66	
Total		15.171		23.306	
(=) Valor adicionado bruto		48.172		36.127	
(-) Depreciação e amortização					
	9 e 10	6.710		6.709	
(=) Valor adicionado líquido		41.462		29.418	
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	10	975		506	
Outras Receitas	10			2	
Total		975		508	
Valor adicionado a distribuir		42.437		29.926	
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31/03/2016	%	31/12/2014	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	10	552		599	
Planos previdenciarios e assistencial		21			
Benefícios	10	53		45	
Encargos sociais - FGTS	10	136		80	
Indenizações trabalhistas	10	-			
Participações nos lucros e/ou resultados		-			
Total		762	1,8	724	2,4
Governo					
Federal		5.277		3.229	
Estadual		2			
Municipal		13		11	
Total		5.292	12,5	3.240	10,8
Terceiros					
Juros e variações monetárias	10	30.613		25.257	
Arrendamentos e aluguéis	10	60		49	
Total		30.673	72,3	25.306	84,6
Acionistas					
Dividendos propostos					
Lucros retidos na empresa		5.710		656	
Total		5.710	13,5	656	2,2
		42.437	100	29.926	100

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Levantadas em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente de energia, com sede em Curitiba – PR, e tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração energética do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC, localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social.

A Concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, regulada pelo contrato com a ANEEL e prazo findo em outubro de 2036 será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

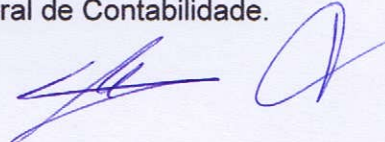
O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

<u>UHE / PCH</u>	<u>Potência instalada (MW)</u>	<u>Energia assegurada (MW médios)</u>
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis do período findo em 31 de março de 2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.



3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Mudanças Introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que alterou a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social que se encerrou em 31 de dezembro de 2008. Segundo essa lei, a emissão de normativos contábeis pela CVM e demais órgãos reguladores, deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais. Posteriormente, a Lei nº 11.941/09, modificou itens da Lei nº 11.638 e da Lei das Sociedades por Ações.

Práticas Contábeis

a) Aplicações Financeiras

Os ativos financeiros adquiridos principalmente com a finalidade de utilização no curto prazo, gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo, são mensuradas ao valor justo lançado em conta de resultado.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

b) Contas a Receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior.

c) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução da ANEEL nº 367 de 02 de setembro de 2009.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2017 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.



f) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata die”.

g) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

h) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

i) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

4. CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Disponibilidades

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/12/15
Caixa		5	4
Banco conta movimento		2.771	75
Aplicações financeiras de curto prazo		32.300	41.576
		35.076	41.655

O saldo de aplicações financeiras refere-se a investimentos em fundos conservadores de renda fixa (CDB DI) junto ao Banco do Brasil, compromissados a uma taxa mínima correspondente a 96% da variação da taxa do CDI cujos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (pro rata temporis).

4.2 Clientes

A conta clientes está composta da seguinte forma:

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/12/15
COPEL Distribuição S/A		21.187	21.187
		21.187	21.187

Descrição	Saldos vincendos em	31/03/16	31/12/15
Suprimentos		21.187	21.187

4.3 Outros créditos

O valor de R\$ 3.149 a título de outros créditos é composto:

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/12/15
Serviços em Curso (*)		3.138	2.919
Adiantamento a empregados		5	1
Adiantamento a fornecedores		6	31
		3.149	2.951

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

4.4 Despesas Antecipadas

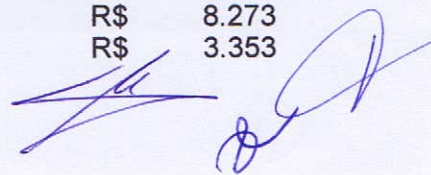
Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/12/15
Curto Prazo			
Seguro das usinas		475	97
Seguro fornecedores de energia		12	16
Seguro sede administrativa		-	-
Repactuação do Risco Hidrológico		9.098	9.098
		9.585	9.211
Longo Prazo			
Repactuação do Risco Hidrológico		16.371	18.645
		16.371	18.645

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuído:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e
R\$ 39.369, à título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído assim:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível a amortizar a partir de 2019	R\$	8.273
(-) Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353



4.5 Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 01 de janeiro de 2015	31
- Depósitos	21
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	52
- Depósitos	17
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de março de 2016	69

4.6 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

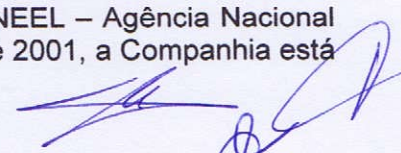
Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2015 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013 e que monta os seguintes:

	Saldo em 01/01/2015	Reconhecidos		Saldo em 31/12/2015	Reconhecidos		Saldo em 31/03/2016
		Resultado do exercício	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	Patrimônio líquido	
Ativo não circulante							
RTT - Regime Tributário de Transição							
ICPC 01 - Contratos de concessão	28.805	(1.299)	-	27.506	(325)	-	27.181
(-) Créditos de Carbono							
CPC 38 - Instrumentos financeiros	(132)	-	-	(132)	-	-	(132)
Ativo diferido - LÍQUIDO	28.673			27.374			27.049

4.7 Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está



sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/15	Movimentação				Saldo em 31/03/16		
		Adições	Depr.	Baixas	Transf.	Valor residual	Depreciação acumulada	Custo
GERAÇÃO	424.815	1.006	(4.481)	-	(849)	420.491	180.341	600.832
Em Serviço	410.476	996	(4.481)	-	-	406.991	180.341	587.332
Terrenos	4.803	-	(53) *	-	-	4.750	1.529	6.279
Reservatórios, barragens e adutoras	226.777	-	(2.400)	-	-	224.377	97.327	321.704
Edif., obras civis e benfeitorias	44.920	940	(476)	-	-	45.384	18.888	64.272
Máquinas e equipamentos	133.698	56	(1.542)	-	-	132.212	62.260	194.472
Móveis e utensílios	278	-	(10)	-	-	268	337	605
Em Curso	14.339	10	-	-	(849)	13.500	-	13.500
Terrenos	1.661	-	-	-	-	1.661	-	1.661
Edif., obras civis e benfeitorias	852	-	-	-	(849)	3	-	3
Máquinas e equipamentos	-	10	-	-	-	10	-	10
Material em depósito	2.666	-	-	-	-	2.666	-	2.666
Depósitos judiciais - Terras	9.160	-	-	-	-	9.160	-	9.160
TRANSM. / CONEXÃO	6.756	-	(86)	-	-	6.670	2.250	8.920
Em Serviço	6.756	-	(86)	-	-	6.670	2.250	8.920
Edif., obras civis e benfeitorias	15	-	-	-	-	15	10	25
Máquinas e equipamentos	6.735	-	(86)	-	-	6.649	2.236	8.885
Móveis e utensílios	6	-	-	-	-	6	4	10
ADM. CENTRAL	122	11	(6)	-	-	127	192	319
Em Serviço	122	11	(6)	-	-	127	192	319
Máquinas e equipamentos	31	11	(1)	-	-	41	6	47
Móveis e utensílios	91	-	(5)	-	-	86	186	272
	431.693	1.017	(4.573)	-	(849)	427.288	182.783	610.071

(*) Amortização da conta terrenos em observância do Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.



4.8 Intangível

Em função da adoção das práticas contábeis já utilizadas na controladora, a partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no 1º trimestre de 2016, é a seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/15	Movimentação				Saldos em 31/03/16		
		Adições	Amortiz.	Baixas	Capit alizações	Valor residual	Amortiz. Acumulada	Custo
GERAÇÃO	190.480	-	(2.143)	-	-	188.337	88.895	277.232
Intangível em Serviço	190.480	-	(2.143)	-	-	188.337	88.895	277.232
Concessão - Uso de Bem Público	178.697	-	(2.143)	-	-	176.554	88.895	265.449
Servidões de Passagem Florestal	2.763	-	-	-	-	2.763	-	2.763
Créditos de Carbono	720	-	-	-	-	720	-	720
Repactuação Risco Hidrológico - (*)	8.273	-	-	-	-	8.273	-	8.273
Intangíveis	27	-	-	-	-	27	-	27
ADMINISTRAÇÃO	6	-	-	-	-	6	2	8
Intangível em Serviço	6	-	-	-	-	6	2	8
Softwares	6	-	-	-	-	6	2	8
Total	190.486	-	(2.143)	-	-	188.343	88.897	277.240

4.9 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em 31/03/16	31/12/15
Contribuições Previdenciárias Retidas	7	6
Imposto de Renda Retido na Fonte	53	54
Provisão de férias e 13º salário	120	121
	180	181

4.10 Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.



Descrição	Saldos em	31/03/16	31/12/15
Mercado de curto prazo de energia – CCEE		1.645	4.997
Compra de energia - Mercado Livre		1.244	1.244
Encargos de uso da rede elétrica		806	800
Materiais e serviços		1.188	863
		4.883	7.904

4.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/12/15
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ		827	14.650
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL		176	5.149
		1.003	19.799

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

Descrição	31/03/16	31/12/15
Lucro líquido antes dos tributos	8.641	67.591
Ajustes ao lucro contábil	(955)	1.457
Adições de despesas indedutíveis	-	5.279
Despesas Indedutíveis	-	4.997
Incentivos fiscais	-	282
Exclusões de despesas dedutíveis	(955)	(3.822)
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(955)	(3.822)
Lucro fiscal do período	7.686	69.048
IRPJ e CSLL Correntes	2.608	23.170
Alíquota efetiva	33,93%	33,56%

4.12 Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/12/15
Tributos retidos na fonte		93	170
Previdência Social INSS		132	51
FGTS		5	8
PIS e Cofins		1.515	1.623
		1.745	1.852



4.13 Dividendos à Pagar

Dividendos a pagar em 31/12/2015	34.094
Transferência da reserva de retenção de lucros	31.140
Dividendos distribuídos da reserva de retenção de lucros	(5.000)
Saldo a pagar em 31/03/2016	60.234

Acionista	Ações		Dividendos à pagar	
	Ordinárias	Part. %	31/03/16	31/12/15
Copel - Comp. Paranaense Energia	42.210	70%	42.164	23.866
Paineira Participações S/A	18.090	30%	18.070	10.228
	60.300	100%	60.234	34.094

4.14 Encargos de Outorga ANEEL

A presente concessão foi outorgada através de leilão realizado em 28/06/2001, com assinatura de contrato em 25/10/2001 e data final prevista para 25/10/2036. Outorga através do Decreto Presidencial de 23/10/2001.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

Em 31/03/2016 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 249 (duzentas e quarenta e nove) parcelas restantes até o término da concessão em outubro/2036, a valores nominais totalizava R\$ 1.233.098 mil, e a valor presente o seguinte:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31/12/2014	51.447	397.904	449.351
Transferências	51.806	(51.806)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(32.806)	-	(32.806)
Variação monetária	6.500	86.488	92.988
Em 31/12/2015	57.947	432.586	490.533
Transferências	13.936	(13.936)	-
Pagamentos valor original	(4.750)	-	(4.750)
Pagamentos correção IGP-M	(9.186)	-	(9.186)
Variação monetária	-	26.792	26.792
Em 31/03/2016	57.947	445.442	503.389

4.15 Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/03/2016, é a seguinte:

	FNDCT	MME	P & D		Consolidado
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 31/12/15	170	85	4.645	-	4.900
Constituições	242	121	242	-	605
Juros SELIC	-	-	43	-	43
Recolhimentos	(252)	(126)	-	-	(378)
Conclusões	-	-	-	-	-
Em 31/03/16	160	80	4.930	-	5.170

4.16 Outras contas a Pagar

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/12/15
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.570	1.829
		1.570	1.829

4.17 Debêntures

Debêntures 2ª emissão	Data de emissão	Nr. de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros	Valor do contrato	Valor atualizado em 31/03/2016
			1ª parcela	60ª parcela			
Série única	26/09/2013	60	26/10/2013	26/09/2018	DI + Spread 1,00% a.a	203.000	101.375
Circulante							40.490
Não circulante							60.885

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 203.000 mil.

Foram emitidos 20.300 títulos com valor unitário de R\$ 10 mil.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extra grupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 1,00% a.a., pagos mensalmente sendo a primeira parcela vincenda em 26/10/2013 e a sexagésima em 26/09/2018.

Destinação:

Liquidação total do contrato de mútuo com a Controladora.



Garantias:
Fidejussória

Intervenientes garantidores:
Companhia Paranaense de Energia – Copel, na proporção de 70%, e Painera Participações e Empreendimentos Ltda, na proporção de 30%.

Agente fiduciário:
Pentágono S.A – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Mutação das debêntures:

Consolidado	Moeda nacional		Total em R\$ mil
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de dezembro de 2014	40.490	111.550	152.040
Transferencias	40.608	(40.608)	-
Encargos	17.848	84	17.932
Pgtos de principal	(40.608)	-	(40.608)
Pgtos de encargos	(17.848)	-	(17.848)
Em 31 de dezembro de 2015	40.490	71.026	111.516
Transferencias	10.152	(10.152)	-
Encargos	3.729	11	3.740
Pgtos de principal	(10.152)	-	(10.152)
Pgtos de encargos	(3.729)	-	(3.729)
Em 31 de março de 2016	40.490	60.885	101.375

5. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

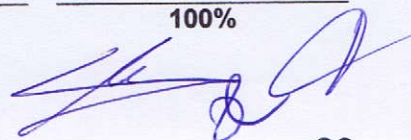
Tendo em vista a análise de nossas assessorias jurídicas especializadas, não foram constatadas a existência de processos relativos a ações de natureza com risco de perda classificado como “PROVÁVEL”, portanto desnecessário a constituição de provisões para tal.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/03/2016, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%



6.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.100, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido do exercício corrente somado aos anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

6.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

6.4 Retenção de Lucros

Na 15ª AGO (Assembléia Geral Ordinária) em 30 de março de 2016, os acionistas deliberaram pela distribuição integral dos lucros retidos referente ao exercício de 2015, no valor de R\$ 31.141 mil, transferindo esse montante para conta de dividendos a pagar no exercício de 2016.

7. MENÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com “possibilidade” de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

7.1 Ações Trabalhistas e Cíveis

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/12/15
Ações trabalhistas		952	952
Ações cíveis		430	430
		1.382	1.382

7.2 Ações de Ordem Tributária

Com base em decisão liminar concedida em mandado de segurança impetrado em 16 de agosto de 2006, a qual foi confirmada por sentença transitada em julgado, a Companhia recolhe as contribuições para o PIS e COFINS com base no regime CUMULATIVO (3,65%), contrariando a pretensão da Receita Federal do Brasil, a qual através de resposta a consulta formal, havia mantido o entendimento de tributação pelo regime NÃO CUMULATIVO (9,25%).

Destaca-se que com o trânsito em julgado da decisão monocrática, que fora inclusive confirmada em todas as instâncias, o entendimento não poderá mais ser modificado e a Receita Federal do Brasil deverá acatar o regime CUMULATIVO adotado pela Companhia.



8. RECEITA LÍQUIDA

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/03/15
Venda de Energia UHEs		62.223	59.433
Venda de Energia CCEE		1.120	-
Receita Bruta		63.343	59.433
Contribuição para PIS		(412)	(386)
Contribuição para COFINS		(1.900)	(1.783)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(605)	(567)
Deduções da Receita Bruta		(2.917)	(2.736)
RECEITA LÍQUIDA		60.426	56.697

9. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/03/15
Materiais		(48)	(19)
Serviços de Terceiros		(2.811)	(2.289)
Depreciação		(4.567)	(4.560)
Amortização		(2.143)	(2.143)
Seguros		(130)	(131)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(2.580)	(2.277)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(153)	(134)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(2.417)	(2.106)
Compra de Energia CCEE		-	(12.647)
Compra de Energia - Mercado Livre		(3.909)	(3.614)
Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(2.274)	-
Outros custos		(31)	(52)
		(21.063)	(29.972)

10. DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas Administrativas

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/03/15
Pessoal		(363)	(365)
Administradores		(399)	(357)
Material		(8)	(8)
Serviços de Terceiros		(150)	(150)
Depreciação		(6)	(5)
Arrendamento e Aluguéis		(61)	(49)
Seguros		(1)	(1)
Tributos		(46)	(39)
Outras despesas		(50)	(14)
		(1.084)	(988)



b) Receitas Financeiras

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/03/15
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		975	506
		975	506

c) Despesas Financeiras

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/03/15
Juros e encargos - debêntures		(3.769)	(4.523)
Encargos da concessão - UBP		(26.791)	(20.607)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(9)	(72)
Juros e correções - P & D		(43)	(54)
Despesas bancárias		-	(1)
		(30.612)	(25.257)

d) Outras Receitas

Descrição	Saldos em	31/03/16	31/03/15
Recuperação de despesas		-	2
		-	2

11. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio Pago R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 11/03/2016 a 11/03/2017	Multi Risco	Unidades Geradoras - Sta Clara e Fundão	505	197.800
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 14/05/2015 a 14/05/2016	Risco Nomeado	Sede Administrativa - (Escritório Central)	2	813
POTENCIAL SEGURADORA S.A 01/01/2016 a 01/01/2017	Garantia Contratual	Contrato de compra Energia	16	4.084
Total			523	202.697

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 3319345/15299, com a Itau Seguros S.A.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS



A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

Parte Relacionada Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Acionista controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar			42.164	23.869		
Acionista						
Paineira Participações S.A.						
Dividendos a pagar			18.070	10.229		
Outras partes relacionadas						
Copel Distribuição S.A.						
Suprimento energia	21.187	21.187			63.343	246.653
Encargos do uso da rede			806	800	(2.417)	(9.863)
Copel Geração e Transmissão S.A.						
Serviço de operação e manutenção			760	702	(2.263)	(8.594)
Planejamento energético				58	(174)	(748)
Copel Telecomunicações S.A.						
Serviços de telecomunicações					(67)	(279)

13. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.


14. GERENCIAMENTO DA SUSTENTABILIDADE E AMBIENTAL

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

	NE	31/03/16		31/12/15	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Mantidos para negociação					
Caixa e bancos conta movimento	4.1	2.776	79	79	79
Aplicações financeiras	4.1	32.300	32.300	41.576	41.576
Recebíveis					
Clientes	4.2	21.187	21.187	21.187	21.187
Total dos ativos financeiros		56.263	53.566	62.842	62.842
Passivos financeiros					
Debêntures	4.19	101.375	101.375	111.516	111.516
Total dos passivos financeiros		101.375	101.375	111.516	111.516



Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo dos títulos e valores mobiliários em 31 de março de 2016


Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/03/16	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - B. Brasil	96,00	25/01/2016	15/01/2018	Custo amortizado	1.484	1.484
CDB - B. Brasil	96,00	17/02/2016	07/02/2018	Custo amortizado	1.070	1.070
CDB - B. Brasil	96,00	22/02/2016	14/02/2018	Custo amortizado	9.831	9.831
CDB - B. Brasil	96,00	21/03/2016	12/03/2018	Custo amortizado	19.915	19.915
					32.300	32.300

Clientes

O risco da Companhia incorrer em perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, é minimizado, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo prazo a vencer em 2019, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora. Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

Debêntures

As Debêntures estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos da respectiva escritura de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período.


Dinorah Botto Portugal Nogara
Diretora Presidente


Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro


Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao

Conselho de Administração, Fiscal e Acionistas da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.
Curitiba/PR.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.**, em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.**, em 31 de março de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Campinas, 30 de abril de 2016.



CRC2SP023856/O-1

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3 "S" PR
Sócio Responsável